

ENTREVISTA

UM ENCONTRO COM A COSMOPERCEÇÃO JENIPAPO-KANINDÉ - ENTREVISTA
COM A CACIKA IRÊUN ENCUENTRO CON LA COSMOPERCECIÓN JENIPAPO-KANINDÉ -
ENTREVISTA A CACIKA IRÊA MEETING WITH THE JENIPAPO-KANINDÉ COSMOPERCEPTION -
INTERVIEW WITH CACIKA IRÊ

Adson Rodrigo S. Pinheiro¹, Átila B. Tolentino², Carmem Zeli de Vargas Gil³

Cacika⁴ Irê do povo Jenipapo-Kanindé⁵, Juliana Alves⁶ é uma liderança nas lutas pelo território e pelo direito de existir na diversidade. É parte de um Cacicado de três

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Licenciado em História Social pela UECE, é mestre em História Social pela UFC. Especialista em História do Brasil pela Universidade Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Gestão e Políticas Culturais da Universidade de Girona (Espanha) e MBA em Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado (UVA). Também é especialista em Arqueologia Social Inclusiva da URCA e especialista em Políticas Culturais de Base Comunitária pela pós graduação Internacional em Políticas Culturales de Base Comunitaria pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - Argentina. É coordenador do núcleo Ceará do ICOMOS-BRASIL). E-mail: adson.rodrigo@gmail.com

² Mestre e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Graduado em Letras Português e especialista em Gestão de Políticas Públicas de Cultura pela Universidade de Brasília. Participa da coordenação da Rede de Educadores em Museus da Paraíba- REM/PB. Pesquisador na Rede de Pesquisa e (In)Formação em Museologia, Memória e Patrimônio (REDMus), da UFPB, e no Grupo de Pesquisa Museologias Insurgentes en Nuestra América - MINA, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. E-mail: atilabt@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e no Mestrado Profissional em Ensino de História, núcleo UFRGS e participa da equipe do Laboratório de Ensino de História e Educação, Portal do Bicentenário da Independência e do grupo de Pesquisa do LHIESTE-UFRGS. E-mail: carmemz.gil@gmail.com

⁴ Utilizamos o termo "cacika" ao longo do texto, conforme sugerido pela entrevistada. Na literatura da área, acompanhamos variações com C, como cacica, e o termo cacique para os dois gêneros.

⁵ Jenipapo-Kanindé é o povo que tem por território tradicional a Terra Indígena Lagoa da Encantada, localizada no município de Aquiraz, pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza.

⁶ Currículo da entrevistada ao final da entrevista.

mulheres da mesma família: Cacika Pequena⁷, sua mãe; a Cacika Jurema, sua irmã mais velha; e ela Irê. Sucessora de Cacika Pequena, assumindo o Cacicado desde 2010.

Atua na organização das mulheres indígenas que vêm, cada vez mais, conquistando espaço na política e à frente de suas aldeias. Em 2014, foi eleita diretora da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé, vinculada à Secretaria da Educação do Ceará. Entre suas alunas, está sua mãe, a Cacika Pequena, que frequenta a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Da sua trajetória acadêmica, a entrevistada possui graduação em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal do Ceará (2016). Além disso, é especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Kurios (2016). Atualmente, é Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC / PPGA) (2019).

Também foi Coordenadora Geral da escola de Cinema Indígena Jenipapo Kanindé; coordenadora Geral da I e II Mostra Indígena Jenipapo Kanindé em 2014. Coordenadora da formação de cineastas Indígenas. Vice Coordenadora da Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará -AMICE.

A entrevista com a Cacika Irê ocorreu em uma sala virtual, gravada com seu consentimento. Após transcrita, foi lida por ela e aprovada. Para dar mais fluidez à leitura, palavras e trechos repetidos foram suprimidos na transcrição, bem como expressões típicas da linguagem fática que marcam o ato de falar. Entretanto, mantivemos, na medida do possível, as características de uma entrevista oral. Afinal, como nos ensina a intelectual e ativista boliviana Silvia Cusicanqui, a oralidade carrega um potencial epistemológico e teórico, que também alimenta a polivalência da memória coletiva⁸.

⁷ Maria de Lourdes da Conceição Alves, conhecida por Cacika Pequena, foi a primeira mulher na função de cacique. Em 2015, Cacika Pequena foi eleita Mestra da Cultura Popular Tradicional, através do edital Tesouros Vivos da Cultura, da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SecultCE).

⁸ Reportamo-nos aqui às suas reflexões no livro “Un mundo ch’ixi es posible: ensaio desde un presente en crisis” (2018), publicado pela editora Tinta Limón.

Inicialmente gostaríamos de agradecer a gentileza e a rapidez com que aceitou o nosso convite para participar da conversa/entrevista. Inicialmente, conte-nos um pouco sobre a sua formação escolar e como ela influenciou suas escolhas acadêmicas e profissionais, chegando ao Curso Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Sobre a minha formação, venho de uma escola pública onde fiz todo o ensino fundamental e o ensino médio, numa escola pública próxima à aldeia, porque quando estávamos já nesse processo estudantil, ainda não tínhamos a Escola Indígena na aldeia. Então a gente saía da aldeia e percorria cerca de sete quilômetros para poder chegar à escola vizinha, que fica na comunidade do Iguape. Em seguida eu vou para o magistério indígena, isso em 2008. O magistério indígena era financiado pelo Ministério da Educação (MEC) juntamente com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Ao mesmo tempo que eu fazia o magistério indígena, abriram vagas em 2009 para 2010 da primeira Licenciatura Intercultural Indígena (LIIPITAKAJA), que era o magistério indígena superior das etnias Tapeba, Pitaguary, Kanindé, Jenipapo-Kanindé e Anacé. Ingressei também na licenciatura intercultural e ao mesmo tempo eu estava fazendo os dois, tanto o magistério indígena nível médio como magistério indígena nível superior pela UFC. Logo em seguida que eu terminei o ministério indígena, os dois determinados, ingressei numa pós-graduação em Gestão e Coordenação Escolar. Eu tive uma adolescência, de uma certa forma, muito desafiadora, porque fui mãe aos 15 anos de idade e tive que parar o período de estudo para cuidar da minha filha. Mas aí depois quando eu voltei, recomeçando, que comecei a perceber que a minha aldeia, que meu povo precisava, necessitava de conhecimento. Então eu terminava um curso e começava outro. E aí em 2015 inicio a pós-graduação em Gestão e Coordenação Escolar, que é a minha área de atuação, onde estou, continuo ainda atuando como diretora da

Escola Indígena Kanindé. Em seguida, após finalizar a pós-graduação, iniciei uma graduação em Direito pela Universidade Estácio. Não consegui cotas e então fui para a Estácio. Quando já estava com dois anos, não estava conseguindo agregar o trabalho e a universidade e tranquei o curso de graduação em Direito. Mas eu não me aquietei, fiquei pesquisando e em 2018 fiz a seleção para o mestrado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Não tive êxito nessa seleção, mas também não parei. Fiquei estudando para poder tentar uma outra vaga, para outras seleções de mestrado e poder ingressar. Em 2019 abri na UFC-UNILAB, Mestrado em Antropologia e aí ingresso e começo a fazer no dia 5 de agosto de 2019 o mestrado em Antropologia. É onde estou atuando ainda como pesquisadora. Não conseguimos concluir a minha dissertação porque estou muito no campo de atuação; eu fico entre a gestão de uma escola, o cacicado, que hoje eu também sou Cacika do meu povo, nesse movimento de liderar. Para além do meu povo, estou muito atuante na articulação e na organização das mulheres indígenas do Ceará e na organização das mulheres indígenas em nível nacional, que é a ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade). Então fico muito nesse campo de atuação e ao mesmo tempo tentando finalizar os ciclos. Tenho dito para mim mesma que urgentemente preciso finalizar o ciclo do mestrado, e mais para frente ingressar em um Doutorado.

Você comentou sobre o trabalho de organização das mulheres indígenas, citando o conceito de ancestralidade. É muito interessante pensarmos o cruzamento desse conceito com o de patrimônio. Então, gostaríamos que comentasse um pouco sobre o trabalho com as mulheres indígenas e se vocês abordam essa relação entre a ancestralidade e o patrimônio.

Nós, mulheres indígenas, temos buscado entender o nosso papel nessa sociedade, nesse mundo, na verdade. E estamos muito conectadas à nossa mãe natureza, estamos muito conectadas aos nossos espaços espirituais que também são

espaços de patrimônio. Por exemplo, aqui no nosso povo, temos alguns espaços sagrados. As Mangueiras do Tio Odorico são um desses espaços, onde fazemos reverências e fazemos também reverência com relação ao espaço por ter sido um local onde o povo Jenipapo-Kanindé deu o seu pontapé inicial na luta pelo território e nós, mulheres indígenas, temos muito vivido essa conexão. Nós, que somos da ANMIGA, criamos os nossos grupos e vamos buscando conexão nessa ancestralidade, nessa espiritualidade e colocando sempre os nomes que naquele momento os nossos Encantados vão nos orientando. Eu sempre costumo dizer que não fazemos nada sozinhos, sempre que a gente vai fazer alguma *live*, alguma palestra, essa entrevista que eu estou concedendo a vocês, a gente sempre tem os nossos Encantados, a nossa espiritualidade, que eles é que vão aflorando e colocando para que a gente vá falando com esse outro universo. E aí, por exemplo, nós acreditamos, nós colocamos as mulheres terra, as mulheres raiz, as mulheres sementes, nós temos o entendimento que nós, mulheres, estamos em diversos biomas desse Brasil e que não deixa de ser patrimônio, que não deixa de vivenciar essa espiritualidade. Então estamos buscando muito isso, para além do território indígena Jenipapo-Kanindé, outras mulheres indígenas em seus territórios também têm buscado essa conexão da mãe terra, essa expressão da nossa natureza, que nós sabemos que precisamos nos conectar, nos colocar nesse mundo da tecnologia. Que é interessante, é bacana conseguirmos isso. Hoje conseguimos denunciar muitas coisas através da tecnologia do que a gente conseguia antes, mas também precisamos ter um entendimento de que a tecnologia é também adoecedora e de que precisamos, em determinados momentos, parar com a tecnologia e nos voltar para a nossa ancestralidade. A tecnologia que eles tinham antes era a tecnologia de sentir a mãe terra e de sentir o pai sol, de sentir a brisa da natureza. Essa era a tecnologia que eles tinham e que vivenciavam antes. Então volta e meia quando, por exemplo, as nossas cabecinhas, a gente até brinca com isso, quando o tico e o teco não funcionam bem, o que é que a gente faz? Dá uma pausa para que o tico e teco voltem a ter uma funcionalidade como era antes. Que se a gente conviver nesse mundo da globalização, da tecnologia, a gente vai acabar esquecendo aqueles que um

dia fizeram a nossa estrada, fizeram o nosso caminhar, para que um dia nós estivéssemos aqui. Então o Jenipapo-Kanindé, por exemplo, tem o patrimônio deles, que são as Mangueiras do Tio Odorico, temos a nossa Lagoa da Encantada e também temos nosso ponto de cultura que é o Museu Indígena Jenipapo-Kanindé. Todos esses espaços são trabalhados dentro da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé, com todos esses espaços os nossos alunos têm contato. Eles têm essa vivência, de estar atuantes dentro desses espaços, porque os professores indígenas hoje sabem que nós precisamos, a cultura precisa ser mantida viva, para que as nossas futuras gerações deem a continuidade ao trabalho da Cacika Pequena, da Cacika Irê, da Cacika Jurema e de todas as lideranças que fizeram essa caminhada.

Você trabalha o patrimônio indígena na escola em que atua? Como Diretora da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé, desde 2014, você poderia nos dizer como a proposta da escola dialoga com o patrimônio cultural dos povos indígenas?

Nós temos uma rede museus comunitários aqui no Ceará⁹, onde temos um Historiador, que é o João Paulo Vieira, que tem que estar sempre fazendo essa comunicação e essa mediação entre os povos. Aqui no Jenipapo-Kanindé eu tenho meu irmão, Heraldo Alves, mais conhecido como Préa-Jenipapo, que faz toda essa comunicação junto com os indígenas. Aqui no Ceará nós só temos três Museus Indígenas, o primeiro Museu se deu lá no povo Kanindé de Aratuba, o segundo vem aqui no povo Jenipapo-Kanindé em 2010, e o museu do Povo de Itaguaí. Aqui no Ceará nós temos 15 povos. Os outros 12 povos estão na fase ainda de diálogo, de construção, dessa busca ativa dessa reconexão da memória do seu povo, para poder também fazer, porque eles começaram a perceber a importância que é ter o patrimônio cultural dentro do seu povo, da questão da museologia, da questão dessa memória que fica de uma

⁹ A rede foi criada em 2011, a partir de uma articulação feita pelo Projeto Historiando no auditório do Museu do Ceará (Fortaleza), em que foram reunidos integrantes de movimentos sociais, representantes de museus e de comunidades para discutir sobre os processos museais comunitários de memória.

certa forma sendo guardada, mas ao mesmo tempo ela não está lá guardada, ela vai sendo repassada de geração a geração. Então é o patrimônio cultural para o Jenipapo-Kanindé, mas também para os outros povos. A gente tem a memória do nosso povo que vai sendo guardada naquele espaço, mas ao mesmo tempo que vai ser também transmitida, repassada, para as futuras gerações. Aqui, quando fazemos os nossos planos de aula, da escola, a gente sempre coloca visita ao museu, principalmente ao Museu Indígena Jenipapo-Kanindé, aos pontos de memória do nosso povo e tem toda essa comunicação, toda essa importância de termos esse patrimônio vivo dentro do nosso povo. Aqui no povo Jenipapo-Kanindé, nós não citamos e não falamos “os mais velhos da aldeia”. Falamos “Os Guardiões da memória da nossa aldeia”, porque temos o entendimento de que os guardiões são eles, que guardam toda uma memória viva do seu povo e que essa memória precisa ser escutada, precisa ser repassada, para que as futuras gerações Jenipapo-Kanindé possam saber de onde vieram, como vieram, de suas lutas. E a gente vai fazendo esse recorte mesmo e dando essa importância de termos os nossos Guardiões da memória vivos, que vão repassando essas histórias que estão guardadas em suas memórias.

Você disse “só três museus indígenas no Ceará”?

Ainda é pouco. Às vezes já estamos tão truculentos em meio de uma sociedade que é tão preconceituosa, que a gente está querendo avançar cada dia, estamos querendo mostrar pra sociedade indígena a nossa forma de se organizar, de como é que a gente vê os nossos espaços históricos e que, de uma certa forma, os patrimônios convertendo essa visibilidade. Quantas pessoas chegam aqui e a gente fala que temos o Museu Indígena Jenipapo-Kanindé, que é um patrimônio cultural do nosso povo! As pessoas ficam bestas: “Nossa, vocês têm um museu!”. Eu digo “temos, temos onde guardamos a memória daqueles que já não estão mais aqui entre nós, mas também temos a memória viva dos nossos Guardiões que ainda estão vivos e que vai sendo repassada por toda uma geração para o nosso povo”.

A gente sabe que o processo educativo é um processo de mão dupla, de aprendizado dos dois lados. Pensando nisso e a partir dessa experiência que vocês têm de museu, de musealização, o que os povos indígenas Jenipapo-Kanindé têm aprendido com essa museologia tradicional? E, ao mesmo tempo, o que essa experiência rica de vocês de musealização das referências culturais tem a ensinar para a museologia tradicional? Outro ponto, você lembra de algum momento em que vocês se deram conta de que o museu poderia ser uma ferramenta de transformação, de luta, de resistência?

Sim, para nós, os museus são exatamente para isso, uma ferramenta de luta do nosso povo e dos povos que já têm esse espaço. E com certeza é algo que todos nós temos buscado aqui no Ceará para fortalecer a luta. Os museus vieram também para fortalecer a luta dos povos tradicionais, aqui no meu povo em especial, lá no povo Kanindé. Eu costumo dizer que quem trabalha nessa linha da museologia, quem fez uma formação da museologia, desses cuidados com patrimônios, a gente tem percebido o vínculo espiritual que essas pessoas têm para com esse trabalho. Então não deixa de ser uma troca de experiência e de vivência. Aqui no nosso povo, temos uma indígena que está terminando sua formação acadêmica em museologia, que é a Daniela Alves de Araújo, e ela teve que sair da aldeia para ir buscar essa formação lá na Bahia. Ela passou três anos na sua vida se dedicando lá e na época da pandemia voltou. Ela está agora no período de finalização do curso. E a gente percebe a vivência da importância que se tem dessa troca e desse conhecimento. Por exemplo, quando ela chegou, a gente fez um projeto, a Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé, e no projeto que a gente descreveu, ela já nos apontou que precisaríamos dar uma reforma no nosso espaço e no nosso ponto de memória, que é o museu. E a gente fez o que ela disse. Nós precisamos incrementar para que o museu não seja só um espaço de pessoas que conseguem ouvir, falar e enxergar. Precisamos começar a estar atentos a pessoas surdas, mudas e cegas, as pessoas que têm essas especialidades para que também possam ter esse contato com o nosso museu, também possam sentir as peças que nós temos aqui, a memória que temos aqui guardada. Então não deixa de ser uma troca de experiência

desse mundo acadêmico, desse mundo que tá lá fora, mas que vem para a aldeia e que vem para somar. E ensinamos, por exemplo, pelos nomes que vamos recordando, porque para a gente existe toda uma simbologia de quando a gente fala. Por exemplo, o terreiro sagrado da mestra Cacika Pequena, as Mangueiras Sagradas do Tio Odorico, a nossa Lagoa Encantada. Quando a gente fala que também é um espaço de memória, também é um espaço sagrado, então são nomes que também levamos muitas vezes para academia e para museologia. E na academia nem se atentavam de como eles teriam esses nomes, mas que, no decorrer das vivências, a gente vai buscando incrementar e colocar nas nossas vivências diárias para que a gente possa ir mesmo falando, se adaptando, para que o museu não seja só aquele espaço. Não seja só: “Ah, o espaço do museu é um espaço que tá lá só o Museu e as peças”. Não! O espaço do Museu é o espaço de toda a aldeia, onde, em cada canto daquela aldeia, existe uma memória, existe um Guardiã que tem a sua memória e que essa memória precisa ser repassada para que as futuras gerações tenham esse entendimento e tenham essa sabedoria de como eles viveram, de como eles estão aqui no seu povo. Então é dessa forma que a gente vai fazer essa troca de conhecimento, essa troca de experiência. É uma via de mão dupla; ninguém só dá ou ninguém só recebe, a gente vai fazendo as duas coisas, os dois vieses ao mesmo tempo.

Você citou a Lagoa encantada, Mangueiras Sagradas. O que é patrimônio cultural para o povo Jenipapo Kanindé? Como vocês trabalham esses patrimônios com as crianças na escola?

Nós temos duas disciplinas que é arte e cultura e espiritualidade. Essas disciplinas vêm principalmente nos dias de quinta e sexta-feira e no nosso plano anual a gente faz esse planejamento para que os nossos alunos venham a ter esse contato. Então, nas visitas ao museu, tem um educador do museu que vai fazer a comunicação com os alunos. Temos também no plano anual um piquenique na nossa Lagoa, a experiência de sentir a Lagoa Encantada, de se alimentar às margens da Lagoa Encantada, a subida do

Morro do Urubu. Então vamos buscando esse contato para que as nossas crianças, desde o infantil 5 ao fundamental 2 da escola, tenham essa vivência. Então costumamos dizer que o espaço da escola, a educação escolar indígena não se vincula à sala de aula, à escola indígena. Ela se vincula a todo o território de cada povo. Por exemplo, aqui no Jenipapo-Kanindé tem 1.732 equitares de terra. Então o espaço da escola indígena está nesse espaço. Onde as crianças vão ter essa vivência dentro do seu território, para além do espaço do Museu, do espaço do território sagrado, das mangueiras, o terreiro sagrado da Cacika Pequena, o espaço da lagoa, o espaço do Morro do Urubu. Nós também temos outros espaços, o espaço da retomada do povo Jenipapo-Kanindé, o espaço da praia dos índios, então a gente vai dando essa ênfase para os nossos alunos terem essa aproximação. E as crianças já vão tendo esse hábito, os professores têm esse papel de desenvolver dentro do seu plano de aula e executar essas ações que precisam ser praticadas juntamente com os nossos alunos. Eu costumo dizer que os professores indígenas trabalham duplamente, porque trabalham para ter a criança alfabetizada, leitora e com uma boa escrita, mas também trabalham para manter viva a cultura do nosso povo, para manter viva a tradição do povo Jenipapo-Kanindé, para manter vivas as festas tradicionais desse povo e que se vinculam a todo esse patrimônio, repassando também as histórias do povo. Por exemplo, nós temos histórias belíssimas da Lagoa Encantada onde já teve um professor que confeccionou uma cartilha. Essa cartilha ainda não está disponível ao público porque não temos condições de fazer uma publicação. Já tem tanto a escrita como as gravuras da cartilha das histórias, da memória do povo Jenipapo-Kanindé, mas infelizmente ainda não está disponível ao público porque não temos ainda essa ferramenta de custos para custear uma publicação. Então isso a gente já trabalha com os alunos e essa cartilha foi produzida pelo professor, Cleilson Mateus da Silva, juntamente com as suas turmas de Fundamental II. E temos esse material que tá guardadinho.

Qual a proposta educativa do Museu Indígena Jenipapo Kanindé? Como vocês fazem as atividades no museu para promover encontros com os patrimônios e não somente a clássica visita onde as crianças, geralmente, ouvem o mediador falando sobre os objetos?

O diferencial dessas vivências é porque os nossos alunos praticamente são os educadores. Por exemplo, eu tenho o aluno Luide que está fazendo o sexto ano. O Luide é da vivência de dentro patrimônio cultural diariamente, o Luide tem 11 anos, o Luide chega e já faz a explanação sobre o patrimônio cultural do seu povo para os visitantes, para os alunos da escola onde estuda, da escola indígena, e a Kaila que tem 7 anos, que também já sabe que já faz essa memória do seu povo. Então é diferente porque quando eles chegam, já conhecem o espaço, já sabem. Então eles mesmo, eu não preciso ter um educador lá, um educador formalmente que vai apresentar e tal, porque eles mesmo conseguem ir fazendo isso, uns para os outros. Eles mesmos vão fazer essa explanação do significado, da simbologia que tem os indígenas de Jenipapo-Kanindé e o que esse espaço, o que esse patrimônio representa pro seu povo. Então as nossas crianças já têm esse entendimento, de já ir sendo trabalhadas com eles as vivências diárias. Nós temos trilhas aqui na aldeia de vivência e trabalhamos com o turismo sustentável. As nossas crianças já vão se destacando como guias. Eles têm essa vivência. O coordenador do museu, que é o Preá, que vai passando para eles, vai fazendo o convite. Nós recebemos escolas, por exemplo, Escola Vila, recebemos a escolas particulares: Unichristus, Sete de Setembro, Faculdades e as nossas crianças estão sempre lá também dando sua participação, falando a respeito dos patrimônios que temos na aldeia, falando a respeito da história da memória viva de seu povo. Então é algo que já vai se dando desde o infantil, essa aproximação, esse conhecimento que eles vão absorvendo, mas que também vão conseguindo repassar para as outras e para os outros da sua idade ou não. Mas eles não conseguem fazer isso ditado, a gente sabe que alguns conseguem aprendendo e repassando, mas tem outros que só conseguem aprender, não conseguem repassar. Mas aí nós temos essa proposta, dentro dessa ação educativa, para que eles

possam por eles mesmos ir dando essa visibilidade aos seus patrimônios dentro de seu território.

A política pública em todas as suas esferas (municipal, estadual e federal) contribuem ou contribuíram na produção de uma memória dos povos indígenas?

Já tivemos dias bem melhores com relação à política pública da esfera Estadual e Federal. Por exemplo, os pontos de memória são uma política pública que foi criada, em outras horas, em anos anteriores e que a gente, de uma certa forma, aproveitou a oportunidade dessa política, que veio desse viés a nível Federal e a gente acabou incrementando dentro do nosso povo. As políticas públicas quando realmente têm uma fidelidade com o povo, com as classes sociais, conseguem contribuir positivamente. Mas, infelizmente, nos últimos anos, o que nós conseguimos enxergar e ver é que essas políticas públicas foram acabadas, foram retrocedidas. E aí nós temos, os povos indígenas que hoje, dentro da classe das minorias, é um público que mais sofre com relação a esses retrocessos dessas políticas, que não conseguem chegar bem dentro dos seus povos e territórios. Já tivemos políticas realmente voltadas com compromisso para os povos tradicionais, mas que hoje, infelizmente, na esfera de governo nacional, não conseguimos mais ter esse acesso a essas políticas públicas. O que nós conseguimos ter é retrocesso. A gente precisa ter esse entendimento sobre as situações conquistadas, coisas que a gente já conquistou por vários e vários anos, por várias e várias décadas, mas infelizmente, com a atual gestão desse governo, nós só retrocedemos, não conseguimos mais ter nenhuma política voltada para esses patrimônios. Agora alguns estados, por exemplo, o Estado do Ceará, têm procurado se manter firme para que possa ter essa política voltada para os povos tradicionais. Nós temos o nosso Secretário de Cultura, Fabiano Piúba, do Estado do Ceará, que tem muito batalhado para que a gente possa se manter, para que os povos tradicionais possam manter o mínimo de patrimônio dentro dos seus povos, participando de editais que se abrem voltados para a cultura dos nossos povos. E assim é um governo. Por exemplo, saiu o Camilo Santana e entrou a

Izolda Cela, que procuraram manter vivas essas políticas públicas do Estado. Mas a gente sabe que o Estado depende muito da política de nível federal. Então se nós não temos uma política pública a nível Federal que mande para o Estado, o Estado tão pouco fará. Assim, infelizmente nós já retrocedemos muito, porque não temos uma política nacional que realmente dê visibilidade a essas comunidades tradicionais.

Você poderia comentar sobre a relação do conhecimento produzido sobre os indígenas e os produzidos pelos próprios povos para pensar as memórias e identidades locais. É possível esses encontros ou é necessário reformular integralmente?

Assim, no meu entendimento como pesquisadora indígena, a universidade, na verdade, não foi pensada para indígenas. A gente vê muito isso acontecendo. Quando ingressamos na Universidade, no campo acadêmico, a gente vê a diferenciação do que é ter um aluno negro, um aluno indígena para um aluno de classe média alta. Aí a gente consegue entender essa dimensão do quanto a universidade foi criada para o conceito de estudiosos, para o conceito de alunos que vieram não do chão da aldeia, não no chão do Quilombo, não no chão da Periferia, não do chão da favela, não do chão dos filhos de agricultores, mas filhos de pessoas de classe social alta, média alta. A gente consegue observar que a nossa produção de conhecimento, o que a gente escreve é tão pouco valorizado. A produção do conhecimento de um pesquisador não indígena é como se fosse mais importante do que a produção do conhecimento de um indígena. Por exemplo, a minha pesquisa de campo é sobre a história de vida da primeira mulher Cacika no Ceará e no Brasil, que é a história de vida da minha mãe, da Cacika Pequena. É preciso ser dada ênfase a essa produção por conta de toda uma trajetória que essa mulher, como indígena, vivenciou, que teve dentro da sua trajetória para que pudesse assumir esse cacicado. Eu venho fazer uma produção de pesquisa para que realmente fosse ter essa referência, de ser essa mulher indígena, de conseguir alcançar os objetivos que ela alcançou para o seu campo. E aí essa produção de conhecimento, em alguns momentos, acaba não tendo tanta credibilidade. E olha que nós estamos dentro do chão

da aldeia, mas se fosse uma produção de conhecimento de um não indígena, um pesquisador não indígena, a universidade teria toda, como é que eu diria, formaria todo jeito de colocar como aquela produção sendo como uma das mais importantes. Por esse lado, tenho observado muito que a universidade pública não foi pensada para esse público-alvo, para essa sociedade. Mas nós precisamos, mesmo que ela não tenha sido pensada para esse público, estar atuantes dentro da universidade para que a gente adquira esses conhecimentos, porque esse conhecimento não é algo pessoal, não é algo só para nossa profissionalização. Quando o indígena ingressa na universidade, no campo acadêmico, ali não é só um indígena que está ingressando. Ele é todo um povo que está ingressando. Quando eu ingressei para o mestrado em Antropologia, não foi só a Cacika Irê, não foi só a Juliana Alves que ingressou, foi o povo Jenipapo-Kanindé que ingressou para esse espaço e a continuidade da permanência da Cacika Irê dentro desse espaço da Universidade é a continuidade do povo Jenipapo-Kanindé. Mas a gente vem observando a desvalorização do indígena acadêmico dentro desses espaços, ao mesmo tempo que a gente pega esses espaços que também são uma ferramenta de luta para o nosso povo, para os nossos povos. A gente continua as fases que precisa continuar, dentro de um campo teórico, academicista, para que a gente possa ter embasamento das nossas pesquisas, que se fazem necessárias, para que a gente realmente ocupe aquele espaço, que é um espaço legítimo de direito dos povos. Mas em alguns momentos também temos pesquisadores que chegam para abraçar a causa. Nós não podemos também ser injustos e não falar dos grandes pesquisadores que têm atuado junto às causas dos povos tradicionais. Agora mesmo, para além desse espaço dos pesquisadores que não são indígenas e que conseguem fazer essa atuação, os indigenistas, que também têm conseguido construir esse trabalho, que também tem conseguido assumir esse papel de gesticular, de ajudar, de denunciar as ações que ocorrem dentro dos povos tradicionais indígenas a nível de país. E aí a gente teve agora

nos últimos dias o caso de Dom Phillips e Bruno Pereira¹⁰, da situação ocorrida, do assassinato que aconteceu com esses dois, um jornalista, outro indigenista. Bruno tinha pedido exoneração do seu cargo de servidor público da FUNAI para atuar junto aos povos indígenas ali do Vale do Javari. A gente vem também para dentro da universidade para poder se agregar a esse espaço de conhecimento para a gente poder ter a nossa bandeira de luta. Então tem sido nessa perspectiva.

É muito importante também para Universidade a presença de estudantes indígenas, tenciona a estrutura da universidade, obriga a universidade a se pensar e a aprender.

Exatamente. Por exemplo, na minha escrita de dissertação até coloco porque, por exemplo, eu teria que ter direito à orientação, pois o meu entendimento que eu tenho de um orientador da academia é alguém que estudou pós-doutorado para poder atuar na orientação de um acadêmico, para orientar nas dúvidas de escrita, de campo, de como é que está sendo. E eu não tive isso na universidade, eu não tive, teve momentos que eu até coloco na minha dissertação, que teve momentos que eu abaixava a minha cabeça e refletia “o que eu estou fazendo dentro desse espaço?”. Esse espaço aqui, que não é um espaço pensado para mim, para um mulher indígena, um mulher que está na luta, que está na universidade, que está entre o chão da aldeia e o chão da universidade, entre o chão da aldeia, o chão da luta por melhoria de qualidade de vida para o seu povo. Então o que é que eu estou fazendo nesse campo? Mas ao mesmo tempo que eu fazia essa recuperação, eu também dizia para mim mesma que eu precisava continuar ali porque meu povo precisava continuar, precisava que eu continuasse naquele conhecimento, buscando aquele conhecimento para poder atuar melhor dentro da minha aldeia com o meu povo. Então, a universidade em si, em momento nenhum fez políticas públicas voltadas para o indígena que está chegando, que teve a sua estrutura

¹⁰ Em junho de 2022, o indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips foram assassinados na cidade de Atalaia do Norte (AM), na região da terra indígena Vale do Javari, perto da fronteira com o Peru, onde são frequentes as invasões de terras feitas por madeireiros e garimpeiros.

de vida dentro da roça, dentro dos rios pescando, dentro da aldeia. Não tem essa estrutura na universidade, não tem esses pensamentos. O pensamento é único. Estamos aqui para abraçar quem vai estudar. Eu coloco também na minha dissertação que na minha pesquisa, em alguns momentos, foi necessário que eu estivesse fora do movimento indígena, fora do meu campo de luta, mas se eu me ausento do meu campo de luta, não consigo fazer a minha produção de texto, porque a minha produção de texto é em cima da luta de uma mulher, ou seja, não tem como me afastar se eu preciso estar naquele espaço para poder produzir, para eu poder conseguir ter as respostas certas para colocar na minha pesquisa. Isso não é pensar na academia.

Celia Xakriabá, em um texto publicado na Revista Piseagrama, comentou sobre as três temporalidades que marcam a história Xacriabá: o barro, o jenipapo e o giz¹¹. De certa forma ela está falando dos significados que vão muito além do objeto. Esta ideia é muito interessante para ampliarmos o conceito de patrimônio, concebendo-o como referência cultural e não somente como uma herança a ser transmitida. Como a educação indígena tem debatido estas ideias?

A gente está conseguindo, através dos nossos trabalhos, através da ampla divulgação que nós vamos dando, expressar importância, da mesma forma como Celinha se coloca no seu papel de escritora, de pesquisadora indígena, dessa importância desses nomes que são dados do barro, do jenipapo e do giz. Aqui para o meu povo já teria uma diferenciação, já é diferente. Pra gente já é o jenipapo, o urucum e, com essa diferenciação, o próprio mocororó. Assim a gente vai dando essas significâncias e a gente tem conseguido avançar nesse campo. Nesse campo de que é guardada toda uma memória de que os povos tradicionais vêm trazendo e que só quem sabe são esses povos tradicionais, da sua importância, da sua significância e que esse conhecimento que está na aldeia a gente não consegue ter na universidade e a universidade nunca vai

¹¹ XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. Piseagrama, Belo Horizonte, n. 14, pp. 110 - 117, 2020. Disponível em: <<https://piseagrama.org/amansar-o-giz/>>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

conseguir ter. Porque é algo muito apropriado daquele povo de determinado grupo. Quando a gente chega nesse espaço para essas políticas públicas que são e que deveriam ser mais atuantes dentro desses povos, a gente consegue dar aula de como é que a gente pensa essa política. É tanto que nós, mulheres indígenas, estamos na luta para que esse ano consigamos colocar a Bancada do Cocar dentro das Assembleias Legislativas, dentro do Senado Federal, dentro da Câmara Federal. Nós estamos nessa luta porque, na diversidade, entendemos que as mulheres indígenas estão preparadíssimas para ocupar esse espaço dessa política partidária. Mas não queremos fazer política partidária, queremos ensinar os políticos como se faz a política, mas é a política diferenciada, a política que aquele indivíduo votante necessita da nossa participação. Para atuar juntamente as políticas que devem necessariamente ser retornadas para a sua comunidade, para o seu povo, para o seu município. Não é essa política que nós estamos vendo aí hoje em dia na atualidade do nosso Brasil. As mulheres indígenas vêm incorporando que esse ano precisamos colocar a Bancada do Cocar dentro desse espaço político e ensinar esses políticos como se faz uma verdadeira política, pensando uma verdadeira política, pensando nos ideais das populações daqueles que realmente merecem ter essa política pública. Uma política efetiva não é uma política temporária. Uma política efetiva precisa que seja dada continuidade às ações. E aí a gente vem trazendo isso também, porque nós entendemos que se faz necessário que as mulheres indígenas tenham estudado para isso, para que isso possa acontecer de fato. As mulheres indígenas têm buscado ter os seus conhecimentos, dentro sua encantaria, dentro da sua espiritualidade, de invocar os seus ancestrais para que essa sabedoria não venha desse homem branco. Nós não queremos fazer o que o homem branco faz, nós queremos fazer a nossa política e para que a gente possa dar continuidade fazendo essa política, precisamos estar dentro dela, para que a gente possa dar esse ensinamento.

E você poderia falar um pouquinho mais desses três elementos: o urucum, o jenipapo e o mocororó?

O jenipapo é um dos nossos principais frutos que temos no território. Do jenipapo a gente faz, a gente extrai o jenipapo e faz a tinta para que possamos, nos períodos de festa, grafitar o nosso corpo, sempre pedindo permissão para nossa espiritualidade. Inclusive eu estou com os grafismos que fiz agora na última quinta-feira para poder fazer a gravação de um vídeo, mas também para poder participar de uma festa tradicional de um povo aqui no Ceará. Então assim, cada pintura dessa tem o significado. Essa que estou utilizando hoje são as águas da Lagoa da Encantada. Cada grafismo que é feito no corpo de um indígena tem a sua significância, a gente não se pinta só por se pintar. O Urucum, para além do feitio, de tirar um para o alimento, também é uma das nossas tintas. Só que o urucum é vermelho. Quando estamos nos momentos também de festividade, nos momentos também de ação, de retomada, de denúncia, a gente também se pinta com o urucum. Ele é mais visível no rosto do que no corpo, embora alguns povos utilizam o urucum juntamente com o barro. Aí faz o grafismo do urucum no corpo todo. Isso é comum para outros povos, não aos povos do Ceará. Mas eles também têm essa representatividade da encantaria, das forças ancestrais para que a gente possa ter essa permanência na luta. E o mocororó é uma das nossas bebidas tradicionais. Nós invocamos o mocororó sempre nos rituais sagrados no momento que a gente está na prática do Toré, na prática de um ritual, na prática de uma encantaria. Aí a gente invoca o mocororó, que é uma bebida e a gente faz o uso dela naquele momento espiritual. Então esses três objetos são de extrema importância para o povo Jenipapo-Kanindé e têm a sua singularidade pra nos mantermos fortes. A gente não é forte na carne, é forte no espírito, mesmo porque a gente precisa diferenciar que precisamos estar fortes espiritualmente mesmo.

Agradecemos sua disponibilidade e sensibilidade para responder as perguntas. Ressaltamos que coordenar este Dossiê é uma honra e um grande desafio para nós pesquisadores do campo do Patrimônio e do Ensino de História, sobretudo, pelo fato

de realizarmos uma entrevista com uma intelectual indígena, cuja luta tem empoderado outras mulheres. Que esta leitura suscite a ampliação do que entendemos como bens patrimoniais e nos dê esperança para alimentar as lutas em defesa da vida.

Currículo



Juliana Alves-Indígena do povo Jenipapo Kanindé,

Possui graduação em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal do Ceará (2016),

Especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Kurios (2016).

Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará-PPGA desde (2019).

Diretora da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé desde (2014).

Sucessora de Cacique Pequena, assumindo o Cacicado desde 2010.

Coordenadora Geral da escola de Cinema Indígena Jenipapo Kanindé.

Coordenadora Geral da I e II Mostra Indígena Jenipapo Kanindé (2014).

Coordenadora da formação de cineastas Indígenas.

Coordenadora da Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará -AMICE.